



Escola do Parlamento ajuda Legislativo a se pensar

Seminário inaugural debateu Poder Legislativo e democracia

Criar uma instituição de ensino no interior de uma organização pensada para criar leis é o desafio da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Instituída em fevereiro de 2011, com o Ato 1.131, a escola nasceu com o objetivo de ajudar o Legislativo Paulistano a se pensar, por meio da produção de conhecimento técnico e

científico a respeito dos temas tratados pela Casa.

O procurador Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, diretor da Escola do Parlamento, explica que a atuação da instituição se dá em duas frentes. “Procuramos adensar temas que já estão colocados politicamente e conciliá-los com questões estruturantes de um parlamento contemporâneo, moderno, oxigenado e plural”, afirma.

No ano de sua criação, a Escola do Parlamento viveu a fase de implantação, organizando cursos e seminários voltados tanto para os servidores da Casa, como para o público externo.

Escola produz conhecimento técnico e científico a respeito de temas tratados pela Casa

A Escola abriu suas atividades com o seminário inaugural “Poder Legislativo e Democracia no Brasil Contemporâneo”, em 2 de março. Depois, veio o curso “Democracia e o Parlamento Paulistano”, realizado entre 4 e 6 de abril. Em 30 de maio, “Políticas Metropolitanas” foi assunto de um seminário. A seguir, veio o evento “Trabalho Decente: Conceito Jurídico e Re-

levância”. Em 25 de outubro, foi a vez do seminário “Terceirização nas Relações de Trabalho”. Também faz parte das atividades da Escola do Parlamento um curso de 21 horas, “Gestão de Políticas Educacionais e Direito à Educação no Brasil”, oferecido para três turmas, entre outubro e dezembro.

Em 2012, a Escola pretende se consolidar, por meio de parcerias com outras instituições, como a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, além do Programa Interlegis e do Instituto Legislativo Brasileiro, ambos do Senado.

História

Segundo Freitas, escolas de governo, como a Escola do Parlamento da CMSP, fazem parte de uma tradição iniciada, no Brasil, com a criação da Escola de Administração Fazendária (Esaf), pelo Ministério da Fazenda, em 1967. O passo seguinte foi dado duas décadas depois, nos anos 80, com o surgimento das escolas de magistratura. Nos anos 90, escolas de governo foram criadas pelo Ministério Público e por empresas públicas, como a Petrobrás, que montaram mestrados profissionalizantes.

Para o diretor da Escola do Parlamento, o maior desafio para a criação desta modalidade de escola está na conciliação de vocações diferentes. “O Po-



der Legislativo não tem a vocação específica de refletir, ensinar e gerar conhecimento, por isso uma escola do Legislativo será sempre coadjuvante de uma missão principal que não é a própria”, diz Freitas.

Livre-docente pela Universidade de São Paulo, Freitas diz que há uma diferença essencial entre o ensino de uma escola de governo e o saber acadêmico: enquanto as academias são “voltadas para a pesquisa e docência universal (daí o termo

universidade)”, as escolas de governo “se direcionam para as agendas das instituições a que pertencem”.

As diferenças, segundo Freitas, não atrapalham, mas enriquecem. “Apesar e precisamente por conta das diferenças entre ambos, iniciativas que os aproximem, como a da criação da Escola do Parlamento, são relevantes porque permitem que ambos se complementem e se oxigenem reciprocamente.” ■

Escola realiza cursos para funcionários e público externo

